



ANS 42119-7

SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE

Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31/12/2021

- Relatório da Administração
- Parecer dos Auditores Independentes
 - Demonstrações Financeiras
 - Notas Explicativas

Relatório da Administração

Santa Casa de Mauá Saúde

CNPJ 08.225.953/0001-60

Exercício de 2021

Contexto Operacional:

A Santa Casa de Mauá Saúde é a denominação de uma Associação Civil, para fins não econômicos, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro, constituída em assembleia geral em 12 de junho de 2006. Tem, por objetivo, a operação de planos privados de assistência à saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde, por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde.

Política de destinação de superávits:

Conforme estabelecido em seu Estatuto Social, suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais da Entidade.

O resultado positivo a ser aferido neste exercício e no decorrer dos próximos destinar-se-á à formação de ativos garantidores e margem de solvência, além de favorecer investimentos em programas de prevenção à saúde e em capacidade de atendimento.

Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na "performance" da entidade no resultado do exercício:

A operadora, apesar de constituída em 2006, finalizou seu registro junto à ANS em 2018, buscando a atuação, junto ao mercado, a partir de 2019. Em 2021 a preocupação da entidade foi de continuar se estruturando para firmar, cada vez mais, posição no mercado a partir de um sólido plano de negócios.

Por outro lado, o impacto da pandemia do novo coronavírus, o COVID 19, continuou a impactar o mercado de maneira totalmente inesperada. Nesta operadora foram sentidos alguns impactos importantes, dos quais destacamos, com relação ao ano de 2021:

- a. Crescimento das vendas, impulsionada, segundo análises internas, pela insegurança quanto ao Atendimento da rede pública, o que significou um avanço na quantidade de vidas administradas;
- b. Num primeiro momento, nos primeiros 6 meses do ano, face ao recrudescimento da pandemia, houve, ainda, uma redução da sinistralidade, motivada pela suspensão dos procedimentos eletivos e pela baixa procura por demais tipos de consulta e/ou

procedimentos que não se caracterizariam como urgência e emergência;

- c. Após esses meses, entretanto, face à redução nos casos de COVID19, percebeu-se uma elevação na sinistralidade, pela volta da procura por atendimentos de urgência e emergência, assim como pela retomada dos procedimentos eletivos.
- d. Foram percebidas, também, pela operadora, as dificuldades, financeiras e administrativas, enfrentadas pela rede credenciada em geral, motivada pela baixa procura e pelas restrições de funcionamento e de mobilidade impostas pelos órgãos governamentais.

Reorganizações societárias e/ou alterações no controle direto ou indireto:

No exercício de 2021 não aconteceram reorganizações societárias e/ou alterações no controle direto ou indireto desta operadora. Importante relatar, para informação, a realização, em agosto de 2020, dentro do prazo legal, da assembleia geral ordinária destinada à eleição da diretoria da Associação para o triênio 2020-2023, na qual foram reeleitos os diretores, conforme permitido por seu Estatuto Social.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes:

Os planos da administração para 2022 e exercícios seguintes são:

- a. dar continuidade ao processo de vendas, visando ampliar a participação da Associação no mercado da região em que opera;
- b. Implantar, previamente ao exigido, o Sistema de governança corporativa, seguindo as regras da RN 443/2019, tendo o mesmo já ter sido realizado no exercício de 2021;
- c. Processo de redução da Sinistralidade: Tendo em vista o constante aumento dos custos da assistência médica em nosso País e as diversas alterações e inclusões no Rol de Procedimentos imposto pela Agência Nacional de Saúde, a operadora atuará no sentido de reduzir/manter alinhada em menos de 70 pontos percentuais, nível no qual se compreende atender os objetivos referentes às despesas assistenciais propostas pela operadora, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.
- d. Reestruturação e Redução de custos da Rede de Atendimento: Existe um trabalho permanente com a rede credenciada objetivando, em comum acordo, encontrar soluções e resolutividade mais eficazes nos procedimentos, aumentando a relação de confiança da cadeia de atendimento da operadora, serviços e usuários, eliminando com isso, eventuais desperdícios, buscando reduzir continuamente as despesas em, aproximadamente 10% (dez por cento). Há uma constante reestruturação da rede de prestadores de serviços credenciados a fim de melhor distribuir os serviços de atendimento, tendo em vista o processo de crescimento que foi implantado junto à área comercial e à Diretoria Executiva da Associação.
- e. Agregação de novos produtos: A agregação de novos produtos à Operadora é uma tendência positiva adotada para o mercado quando condições de oxigenar o fluxo financeiro. Tratam-se de produtos que são operacionalizados por terceiros ou por

meio digital, com o objetivo de gerar margens mais interessantes, sem gerar novos custos.

- f. A Associação iniciou, já no exercício de 2021, processo de investimento no hospital da rede própria, de forma a criar e/ou implantar, novos serviços e/ou procedimentos, visando trazer, para dentro da rede credenciada, serviços e procedimentos atualmente realizados pela rede credenciada, objetivando reduzir custos e despesas de realização. Esses investimentos são compensados pela redução de custos e despesas.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados ao Programa de Promoção e Prevenção à Saúde:

a. Auditoria Médica: Investimento.

Há uma contínua especialização da auditoria médica, com vistas a desenvolver condições estruturais para controle de autorizações de internação em nossos prestadores de serviços hospitalares a fim de controlar os custos de internações sem prejuízo da qualidade no atendimento assistencial.

b. Marketing: Investimento

Intensificar as atividades de Marketing, dentro das possibilidades financeiras da Associação, de forma a colocar em prática os objetivos traçados para a área comercial, além de fortalecer, institucionalmente, a Marca Santa Casa em nossa Região, produzindo anúncios, patrocínios, peças publicitárias, livretos, cartazes, banners e implantando as transformações necessárias, no intuito de aumentar o número de beneficiários da carteira.

c. Estrutura Comercial: Investimento

Com o objetivo de crescimento das vendas dos produtos da operadora, está sendo trabalhada e implantada uma plataforma comercial que permita a regionalização de vendas, juntamente com parceiros terceirizados na região do Grande ABC, visando alavancar o número de usuários em nossa microrregião. Com esse objetivo em vista, foi reformulada a política de comissionamento para dar apoio a esse projeto.

Há também a reestruturação da área de atendimento corporativo às empresas clientes, criando um conceito de fidelização do usuário ao Plano de Saúde com o objetivo de acompanhar, clinicamente, os usuários através de nossos Programas de Promoção a Saúde e Prevenção a doenças.

Também registra-se a implementação do canal digital de vendas, facilitando o processo de adesão e ingresso na Associação, através da digitalização de todo esse processo, o que trará economia dos recursos hoje dispendidos com a impressão de formulários e contratos.

d. Programas de Promoção à Saúde e Prevenção a Doenças: Investimento

Dando continuidade ao objetivo traçado anteriormente, está sendo trabalhado referencial de atendimento, para os pacientes captados nos programas, com a criação de um centro de atendimento de alta resolução para esses beneficiários, contendo consultórios de clínica médica especializada em Pronto Atendimento. Esses pacientes devem ser mantidos em tratamento contínuo e com baixo custo ambulatorial.

Resumo dos acordos de acionistas

Tendo em vista esta operadora tratar-se de uma Associação civil, sem fins lucrativos, não há acordos de acionistas

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários, classificados na categoria, mantidos até o vencimento:

A Diretoria declara que há intenção de manter a capacidade financeira e todos os investimentos dentro do patamar exigido pela ANS, mantendo os títulos e valores mobiliários, caso os possua, até seus vencimentos.

Emissão de debêntures

Tendo em vista esta operadora tratar-se de uma Associação civil, sem fins lucrativos, não há possibilidade ou política de emissão de debêntures

Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas, mencionando as modificações ocorridas durante o exercício

Tendo em vista esta operadora tratar-se de uma Associação civil, sem fins lucrativos, não há investimentos em sociedades coligadas ou controladas, em função de que os resultados da operação da Associação são revertidos diretamente aos objetivos da mesma, não havendo, portanto, distribuição de resultados sob nenhuma hipótese. Não houve, portanto, modificações dessa política ao longo do ano de 2021 e nem mesmo projeção de investimentos, face à natureza filantrópica de atuação da Associação.

Mauá, 21 de março de 2022



HARRY HORST WALENDY FILHO
Presidente



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores e Administradores da

SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE.

CNPJ: 08.225.953/0001-60

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da operadora **SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **SANTA CASA DE MAUÁ SAÚDE.**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem alterar nossa opinião, de acordo com a nota Explicativa nº 9, que a Operadora concedeu Adiantamentos a Rede Credenciada, registrando nas contas “outros créditos a receber a longo Prazo” (ativo não Circulante), o valor de R\$. 7.392 mil. Adiantamentos concedidos em virtude da necessidade de sua principal rede credenciada (Santa Casa de Mauá), obter capital de giro em consequências oriundas da pandemia de coronavírus, como forma de manter seu principal prestador de serviços médico hospitalar.

Segundo a Diretoria, esses adiantamentos serão amortizados a partir de 2023, ou até antes, caso a situação financeira da SCM melhore.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



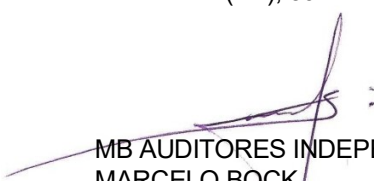
AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 27 março de 2021.

Bebedouro-(SP), 30 de março de 2022.


MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0



SANTA CASA MAUÁ SAÚDE
CNPJ 08.225.953/0001-60
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 Em Reais

ATIVO	Nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		16.579.641	11.219.947
Disponível	5	98.837	449.923
Realizável		16.480.804	10.770.024
Aplicações Financeiras	6	10.129.509	4.855.486
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		6.143.697	4.848.040
Aplicações Livres		3.985.812	7.447
Créditos de Operações com planos de Assist. S	7	6.344.631	5.913.040
Contraprestações Pecuniárias a Receber		6.344.631	5.913.040
Bens e Títulos a Receber	8	6.663	1.498
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.742.700	7.861.528
Realizável a Longo Prazo	9	7.392.036	7.447.492
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		7.392.036	7.447.492
Imobilizado	10	350.663	414.036
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares		350.663	414.036
TOTAL DO ATIVO		24.322.341	19.081.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
 CPF 069.075.038-24
 Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
 CRC 1SP163642/O-5
 Contador

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE
CNPJ 08.225.953/0001-60
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 Em Reais

PASSIVO	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PASSIVO CIRCULANTE		10.161.140	7.949.171
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	11	9.317.656	7.812.563
Provisões de Contraprestações		3.060.740	2.627.356
Provisão de Contraprestações Não Ganha - PCNG		3.060.740	2.627.356
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS		146.201	79.327
Provisão Eventos a Liquidar p/ Outros Prest. Serv.Assist.		63.605	23.414
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		6.047.109	5.082.466
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		710.370	-
Receita Antecipada de Contraprestações		710.370	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	73.965	108.653
Débitos Diversos	13	59.149	27.955
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		210.312	80.000
Provisões		210.312	80.000
Provisões para Ações Judiciais	14	210.312	80.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.950.889	11.052.304
Patrimônio Social	15	2.500.000	2.500.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados		11.450.889	8.552.304
TOTAL DO PASSIVO		24.322.341	19.081.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
 CPF 069.075.038-24
 Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
 CRC 1SP163642/O-5
 Contador

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE
CNPJ 08.225.953/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		71.142.458	59.799.842
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		71.142.458	59.799.842
Contraprestações Líquidas		71.142.458	59.799.842
Eventos Indenizáveis Líquidos		(57.798.670)	(43.105.466)
Eventos Conhecidos e Avisados		(56.834.026,96)	(38.985.281)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisado		(964.643)	(4.120.185)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PL.DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		13.343.788	16.694.376
Outras Receitas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		-	-
Outras Despesas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		(479.533)	(773.790)
Outras Despesas de Operações de Pl. de Assist. à Saúde		(674.184)	(773.790)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		194.651	-
RESULTADO BRUTO		12.864.255	15.920.586
Despesas de Comercialização		(3.098.471)	(2.756.490)
Despesas Administrativas		(7.341.633)	(5.604.505)
Resultado Financeiro Líquido		474.433	287.005
Receitas Financeiras		474.994	287.653
Despesas Financeiras		(561)	(649)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		2.898.584	7.846.596
RESULTADO LÍQUIDO		2.898.584	7.846.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
 CPF 069.075.038-24
 Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
 CRC 1SP163642/O-5
 Contador

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE
CNPJ 08.225.953/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.500.000</u>	<u>705.708</u>	<u>3.205.708</u>
Patrimônio Social Integralizado	-	-	-
Superávit do Exercício	-	7.846.596	7.846.596
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.500.000</u>	<u>8.552.304</u>	<u>11.052.304</u>
Superávit do Exercício	-	2.898.584	2.898.584
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.500.000</u>	<u>11.450.889</u>	<u>13.950.889</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
CPF 069.075.038-24
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
CRC 1SP163642/O-5
Contador

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE

CNPJ 08.225.953/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Em Reais

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Plano de Saúde	72.518.427	59.883.838
Resgates de Aplic Financ	611.063	2.051.122
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviço de S	(62.550.061)	(50.547.792)
Pagamento de Comissões	(2.922.347)	(2.676.869)
Pagamento de Pessoal	(600.243)	(193.609)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(373.645)	(244.084)
Pagamento de Tributos	(206.308)	(3.236)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(23.836)	(13.516)
Aplicações Financeiras	(5.486.900)	(4.640.352)
Outros Pagamentos Operacionais	(1.307.110)	(3.161.581)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(340.959)	453.921
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(10.127)	(7.437)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(10.127)	(7.437)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagtos Jrs e Enc s/ Emprést/Financ/Leasing	-	(424)
Outros Pagamentos Atividade Financ.	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	(424)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(351.086)	446.060
Caixa e Ativos Livres		
No início do Período	449.923	3.863
No fim do Período	98.837	449.923
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(351.086)	446.060

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARRY HORST WALENDY FILHO
CPF 069.075.038-24
Presidente

CARLOS MONIS MEDEIROS
CRC 1SP163642/O-5
Contador

SANTA CASA MAUÁ SAÚDE.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$)

1. Contexto operacional

A Santa Casa de Mauá Saúde é uma empresa constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos que tem como objetivo a Operação de planos privados de assistência Médica a seus associados através de rede própria ou de credenciados de acordo com lei 9.656/98.

A Santa Casa de Mauá Saúde está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 42119-7.

2. Principais atividades desenvolvidas

No cumprimento de suas atividades, a Santa Casa de Mauá Saúde assina em nome dos seus diretores, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 435 de 23 de novembro de 2018 e suas alterações posteriores consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020, de forma a permitir a comparabilidade.

A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 22 de março de 2022.

4. Principais práticas contábeis

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 5).

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - "Provisão de contraprestação não ganha - PCNG", e posteriormente sendo reconhecidos como "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós estabelecidos na conta de "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" (vide nota explicativa nº 6).

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais (vide nota explicativa nº 9) e não há indicativos de que seu valor de realização seja inferior ao valor contábil (*impairment*).

g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 e suas alterações posteriores, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

h) Tributos e encargos sociais a recolher

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09.

Até 31/12/2021 os Tributos e Encargos Sociais a Recolher da Santa Casa de Mauá Saúde estiveram concentrados nas retenções de IR e CSRF sobre os serviços tomados de fornecedores e encargos sociais sobre a folha de pagamento.

i) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As

obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes (vide nota explicativa nº 15);

i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;

iii) Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

iv) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Até 31/12/2021 houve a constituição de Provisão para Ações Cíveis sobre os processos considerados como "Perdas Prováveis" pelos advogados conforme detalhado na nota 14.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes.

l) Reconhecimento da receita

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

m) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

n) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

o) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa 435/2018 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5. Disponível

Disponível	31/12/2021	31/12/2020
Banco conta movimento	98.837	449.923
	98.837	449.923

6. Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Garantidoras		
BANCOOB FI ANS RF CP Renda Fixa ANS	6.143.697	4.848.040
	6.143.697	4.848.040
Aplicações Livres		
Banco SICOOB Integralização Capital	-	25
Banco SICOOB Liquidez Imediata	3.985.812	7.422
	3.985.812	7.447
	10.129.509	4.855.486

7. Créditos de Operações com Planos de Saúde

	31/12/2021	31/12/2020
Planos Individuais - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	5.559.153	5.406.379
(-) PPSC Individual Médico	(21.403)	(86.833)
	5.537.750	5.319.546
Planos Coletivos - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	806.881	722.715
(-) PPSC Coletivo Médico	-	(129.222)
	806.881	593.493
	6.344.631	5.913.040

8. Bens e Títulos a Receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos a Funcionários	2.163	-
Adiantamentos a Fornecedores	4.500	1.498
	6.663	1.498

9. Realizável a Longo Prazo

Refe-se a saldo decorrente de Contrato de Mútuo realizado junto à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá, que é o principal credenciado da Operadora. Referidos empréstimos, tem como motivação principal, as necessidades financeiras deste credenciado em virtude da pandemia gerada pela covid-19, que teve impacto relevante nas receitas do Hospital, considerando as orientações dos órgãos de saúde, que recomendaram a reorganização dos atendimentos e da grade de cirurgias eletivas e não-emergenciais, de modo a criar uma reserva de leitos hospitalares, inclusive de UTI, dentre outras atividades, para atendimento dos afetados pelo vírus.

Referido montante, foi objeto de Realização de Contrato de Mútuo entre as partes, com prazo de amortização de 30 meses a partir de janeiro de 2023.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	7.392.036	7.447.492
	7.392.036	7.447.492

10. Imobilizado
Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares / odontológicos

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2019	Movimentação		Saldos em 31/12/2020
			Custo	Depre- ciação	
Instalações	10	53.878	-	(6.158)	47.720
Máquinas e Equipamentos	10	49.023	-	(5.603)	43.420
Equipamentos de Processamento de Dados HW	5	181.757	-	(48.362)	133.395
Móveis e Utensílios	10	125.042	2.050	(14.403)	112.688
Total Imobilizado de Uso Próprio		480.520	2.050	(74.526)	337.223
Imobilizações em Curso - Veículos		4.337	9.102	-	13.440
Total Imobilizado		484.857	11.152	(74.526)	350.663

11. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Provisões de contraprestações	3.060.740	2.627.356
Provisões de contraprestação não ganha - PCNG PF	2.444.583	2.174.806
Provisões de contraprestação não ganha - PCNG PJ	616.157	452.549
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	146.201	79.327
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	63.605	23.414
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	6.047.109	5.082.466
	9.317.656	7.812.563
Não Circulante		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	-	-
	-	-

Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº2 da Instrução Normativa nº3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.

Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, conforme RN 393/2015 e alterações vigentes, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa nº 393 de 09.12.2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e alterações vigentes, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores, através da utilização de metodologia da ANS.

12. Tributos e encargos sociais a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recolher	15.516	11.553
FGTS a recolher	3.432	2.588
Retenções de Impostos e Contribuições	55.017	94.513
	73.965	108.653
Circulante	73.965	108.653
Não Circulante	-	-
	73.965	108.653

13. Débitos diversos

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a Pagar	29.498	16.278
Férias a Pagar	29.651	11.677
	59.149	27.955

14. Provisão para Ações Judiciais

A entidade vem discutindo judicialmente, ações de naturezas cíveis em curso, para as quais, na data do balanço, foram constituídas provisões consideradas suficientes para a cobertura de eventuais desfechos desfavoráveis nas ações, cujas perspectivas de perdas envolvidas nos processos e julgadas pelos assessores jurídicos foram classificadas como “prováveis”. Em 31 de dezembro de 2021, as referidas provisões estavam demonstradas da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para ações cíveis	<u>210.312</u>	<u>80.000</u>
	210.312	80.000

Para as contingências cujas perspectivas de perdas foram julgadas na data do balanço como “possíveis”, os referidos valores estão demonstrados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para ações cíveis	<u>46.479</u>	<u>-</u>
	46.479	-

15. Patrimônio Social

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Social	<u>2.500.000</u>	<u>2.500.000</u>
Superávits (Déficits) acumulados	<u>8.552.304</u>	<u>705.708</u>
Superávits do Exercício	<u>2.898.584</u>	<u>7.846.596</u>
	13.950.889	11.052.304

Patrimônio social

O patrimônio social integralizado em 31 de dezembro de 2021 está representado por R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

Resultado

Resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi positivo no valor de R\$ 2.898.584,38 (dois milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos).

16. Contraprestações líquidas

Registradas no montante de R\$ 71.142.458,20 (setenta e um milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos) no exercício de 2021, correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

17. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 56.834.026,96 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, vinte e seis reais e noventa e seis centavos) no exercício de 2021, correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

18. Garantias financeiras

Capital Base – CB

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no anexo I da RN nº 451/2020, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Patrimônio Social da Operadora, excede o valor do Capital Base – CB exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Margem de solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido. É uma reserva suplementar ao Patrimônio Líquido, que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários.

A Operadora optou pela adoção antecipada do CBR, conforme critérios estabelecidos pela RN 451/2020, cujo escalonamento da Margem de Solvência ficou “congelado”, a partir de Mar/20, em 75%.

Em 31/12/2021 a margem de solvência para a Santa Casa de Mauá Saúde estava suficiente em R\$ 3.417.917 e foi computada de acordo com a referida RN 451 conforme representada a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Patrimônio Social encerrado	13.950.889
(+/-) Ajustes	-
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	<u>13.950.889</u>
Patrimônio mínimo (PMA) (Fator K) exigido	2.510.434
A- Contraprestações Líquidas - Soma dos últimos 12 meses	71.142.458
B- Eventos Indenizáveis Líquidos - Média Anual dos últimos 36 meses	35.258.961
Valor I - 20% x A	14.228.492
Valor II - 33% x B	11.635.457
Margem de Solvência total (exigida em 2022)	14.228.492
Proporcionalidade da Margem de Solvência 75% conforme RN 451	75,00%
Margem de Solvência parcial (2021)	10.671.369
(-) Ajuste despesas com programas aprovados	-
Margem de Solvência exigida (2021)	<u>10.671.369</u>
Suficiência de Margem de Solvência	<u>3.279.520</u>

Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos garantidores estavam suficientes e demonstrados conforme abaixo.

	<u>31/12/2021</u>
APLICAÇÕES GARANTIDORAS TOTAIS	6.143.697
(-) PASSIVOS EXIGÍVEIS DE APLICAÇÕES GARANTIDORAS	
PEONA Provisão p/ Eventos Ocorridos e Ñ Avisados	6.047.109
Ressarcimento ao SUS Débitos Pendentes	-
Ressarcimento ao SUS (ABI x %hc)	146.201
x Percentual de Adimplência	98,97% 1.506
Rede Credenciada - Saldo Total	<u>63.605</u>
Soma dos Passivos Exigíveis	<u>6.112.220</u>
 SUFICIÊNCIA	 31.477

19. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

20. Instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito: Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez: Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros: Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) Risco operacional: Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

e) A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

21. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

22. Conciliação da demonstração do fluxo de caixa

	2021	2020
	R\$	R\$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	2.898.584	7.846.596
Ajustes por:		
Depreciações	74.525	73.921
Varição da Provisão p/ Eventos Ocorridos e Não Avisados	964.643	4.120.185
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG	433.384	383.835
PPSC Provisão para Perdas Sobre Créditos	(194.651)	216.055
Varição da Provisão p/ Contingência	-	80.000
Resultado do Período Ajustado	4.176.485	12.720.592
Varição dos Ativos Operacionais por Redução/(Aumento)	(5.461.698)	(11.746.744)
Contraprestação Pecuniária a Receber	(236.940)	(1.653.028)
Aplicações Financeiras	(5.275.048)	(2.652.873)
Bens e Títulos a Receber	(5.165)	6.649
Outros Créditos a Receber LP	55.456	(7.447.492)
Varição dos Passivos Operacionais por (Redução)/Aument	944.253	(519.927)
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS	66.874	79.327
Provisão de Eventos a Liquidar Rede Credenciada	40.191	4.101
Débitos c/ Operações de Assist. à Saúde	710.370	-
Provisões	130.312	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher - CP	(34.688)	85.138
Débitos Diversos	31.194	(688.493)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(340.959)	453.921